

Rio Grande do Sul: As lições do maior desastre climático da História do Brasil

Uma análise das ações
públicas e privadas poucos
meses após as enchentes

SETEMBRO, 2024

REDAÇÃO: BELÉN PALKOVSKY
DIAGRAMAÇÃO: MARCOS FRANCIOZI

GRI *Club*
— INFRASTRUCTURE

REPORTAGE

REPORT

CLUB PARTNERS BRAZIL



SECTORAL CLUB PARTNERS LATAM



SECTORAL CLUB PARTNERS BRAZIL



LEAD SPONSOR

NETWORKING SPONSOR



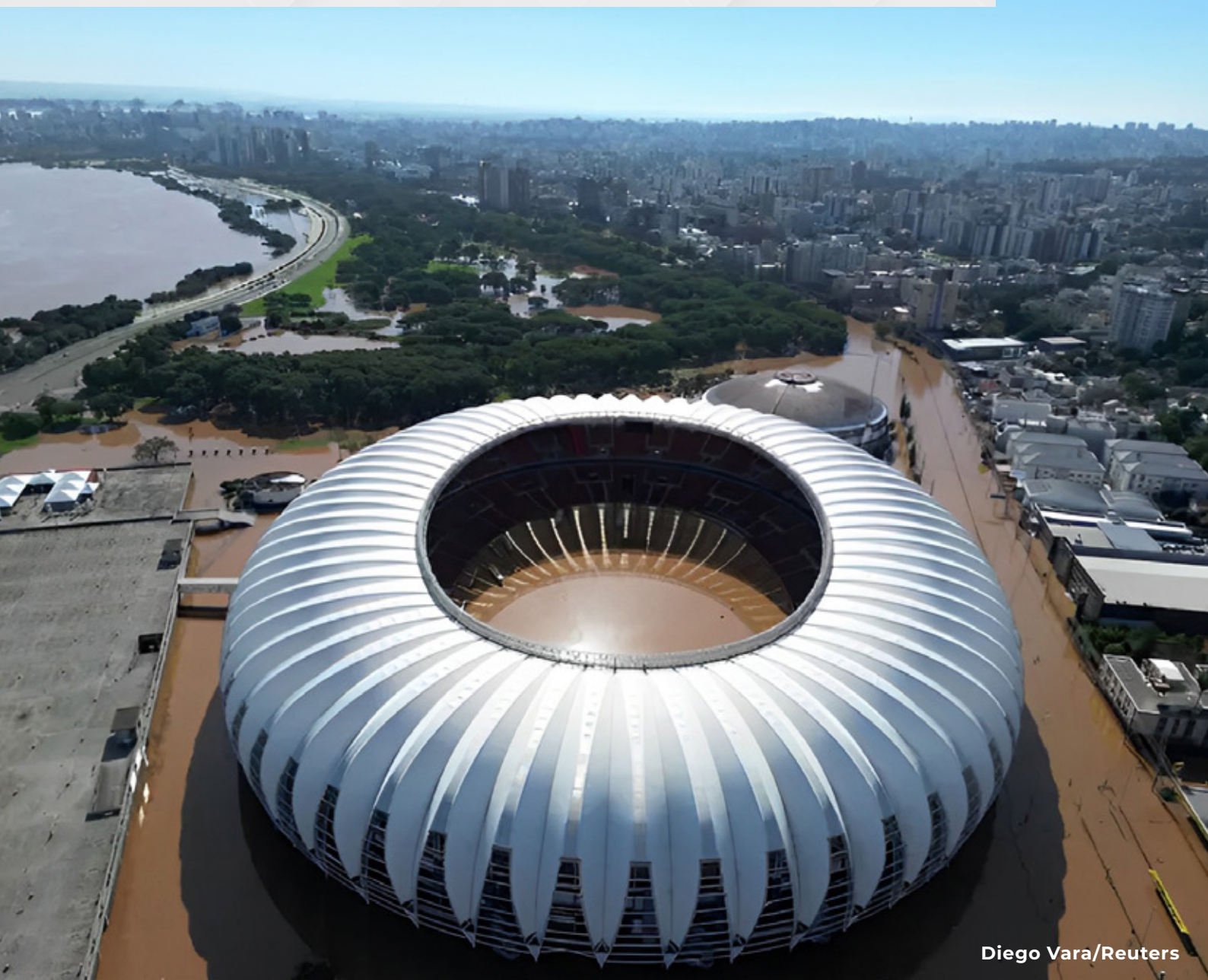
NAMING RIGHTS SPONSORS

CONTRIBUTOR SPONSOR



Conteúdo

- Introdução
- Dimensão da catástrofe
- Plano Rio Grande e Secretaria de Reconstrução Gaúcha
- Infraestrutura “de backup”
- A resposta privada
- O papel da B3
- Resiliência: room for the river e outros planos
- O desafio da alocação de riscos



INTRODUÇÃO

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores catástrofes climáticas da história do país: uma enchente devastadora que atingiu 478 das 497 cidades do estado. As perdas humanas, infraestruturais e econômicas foram imensas e continuam sendo avaliadas, juntamente com os custos de reconstrução e recuperação do estado.

Apesar de as enchentes serem recorrentes na região nessa época do ano, a intensidade crescente dos eventos, agravada pelas mudanças climáticas aceleradas e pela falta de medidas de prevenção e resiliência nas construções, criou um cenário trágico que chamou a atenção do mundo para o Brasil, comparando as enchentes a outros desastres emblemáticos, como o furacão Katrina ocorrido em 2005 na cidade de Nova Orleans.



Fonte: InMet

O que aconteceu, concretamente, foi uma corrente de vento que provocou uma tempestade na região sul do país, potencializada pelo corredor de umidade vindo da Amazônia e pelo fenômeno El Niño, originado no Pacífico. Essa situação foi agravada por uma onda de calor no centro-oeste, que impediu a dissipação da frente fria na região, resultando em um volume de chuva três vezes maior do que o esperado para o mês em algumas áreas, em um intervalo de poucos dias.

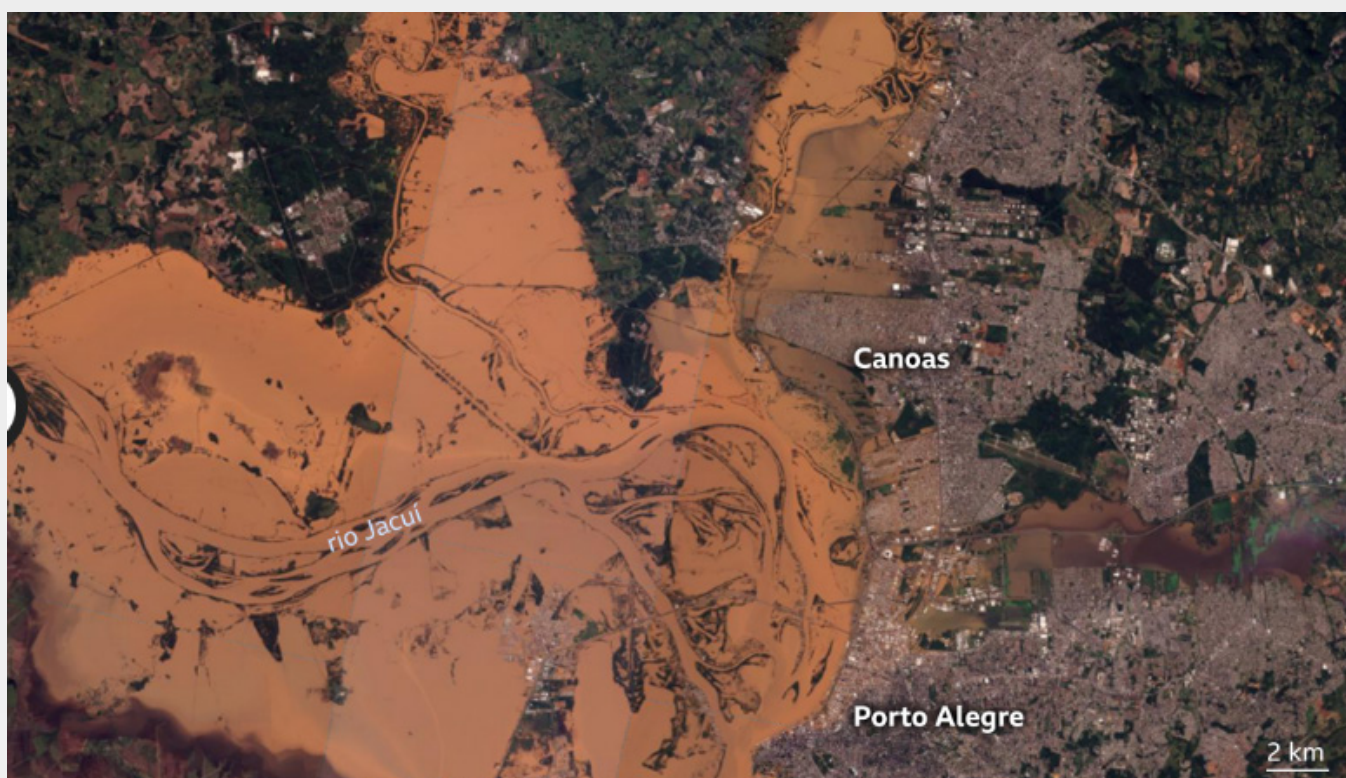
Em Porto Alegre, por exemplo, o nível do Lago Guaíba chegou a 5,33 metros, o mais alto já registrado, enquanto o nível considerado normal é de 1,3 metro, e a marca de 1,8 metro já é considerada “elevada”.

22 de abril de 2024



Fonte: Planet Labs

06 de maio de 2024



Fonte: Planet Labs

Nesse cenário, a conferência regional Infra Sul GRI 2024, realizada anualmente por membros do GRI Club Infra e convidados, reuniu líderes dos setores de infraestrutura e energia, além de autoridades públicas, para discutir os próximos passos para a região sul. As discussões foram amplamente focadas na dimensão da catástrofe e nas ações de reconstrução, destacando a necessidade urgente de se repensar a resiliência climática como um tema transversal para todas as regiões do Brasil.

Este relatório tem como objetivo aprofundar nos debates que abordaram especificamente a crise atual no Rio Grande do Sul. Para mais informações sobre outros temas tratados durante a conferência, consulte o relatório a seguir:



DIMENSÃO DA CATÁSTROFE



478 cidades afetadas



+180 mortes e **29** desaparecidos



+629 mil pessoas evacuadas



+95 municípios em calamidade pública



+84 mil salvamentos de pessoas



Impacto de **8% a 11%** no PIB anual do estado



Impacto de **0,5%** no PIB anual do país

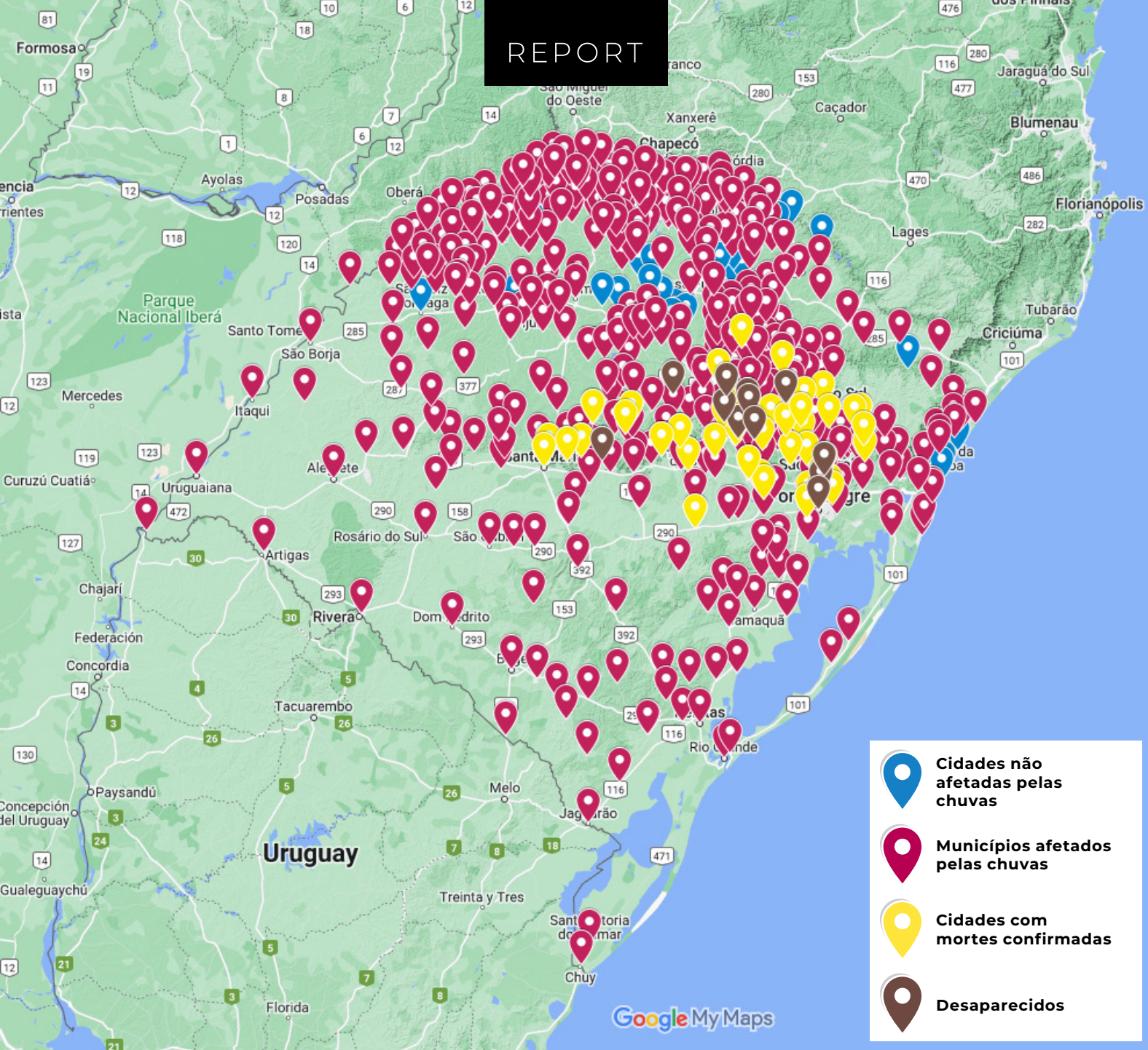


+R\$73 bi em ativos destruídos



+47 mil empresas afetadas












REPORT



Durante a sessão, os presentes destacaram que, historicamente, o Brasil era considerado um país “seguro”, livre de catástrofes naturais como furacões ou tsunamis. No entanto, com as mudanças climáticas decorrentes não apenas do fenômeno do aquecimento global, mas também de alterações nos padrões de chuva e nas condições meteorológicas em geral, essa percepção **não é mais verdadeira** e o país está vulnerável em muitos aspectos diante dessa nova configuração.

No Rio Grande do Sul, a alternância entre estiagens severas e inundações têm revelado, ano após ano, a fragilidade do estado e a complexidade das soluções que se requerem para neutralizar ambos os extremos em um curto espaço de tempo.

Municípios impactados e sua participação na economia do estado (R\$ Bilhões)

regiões	nº de municípios afetados		indústria	total
metropolitana	21		17	107
vale dos sinos	18		22	60
serra	12		14	41
serra centro	30		8	19
vale do Taquari	44		9	25
central	46		7	38
planalto	74		9	41
missões	55		6	33
campanha	21		2	22
sul	15		2	19
regiões atingidas	336		95	403
total de regiões	497		121	502
proporção total	67,6%		78,5%	80,3%

Fonte: IBGE

Contudo, essa situação não é exclusiva da região, mas a intensidade dos últimos eventos sugere que o estado possa ter se tornando um “protótipo” de como essa nova realidade climática pode afetar o país, além de evidenciar quais medidas precisarão ser adotadas para enfrentá-la.

Entre os presentes há dois consensos claros: eventos parecidos vão se repetir na região e o setor público, junto à iniciativa privada, precisarão unir esforços como nunca antes para encontrar soluções inovadoras que assegurem uma recuperação rápida, ao mesmo tempo em que são implementados sistemas de prevenção. Essas medidas devem incluir desde construções inteligentes, planejadas e resilientes, até, em casos extremos, planos de migração em massa.



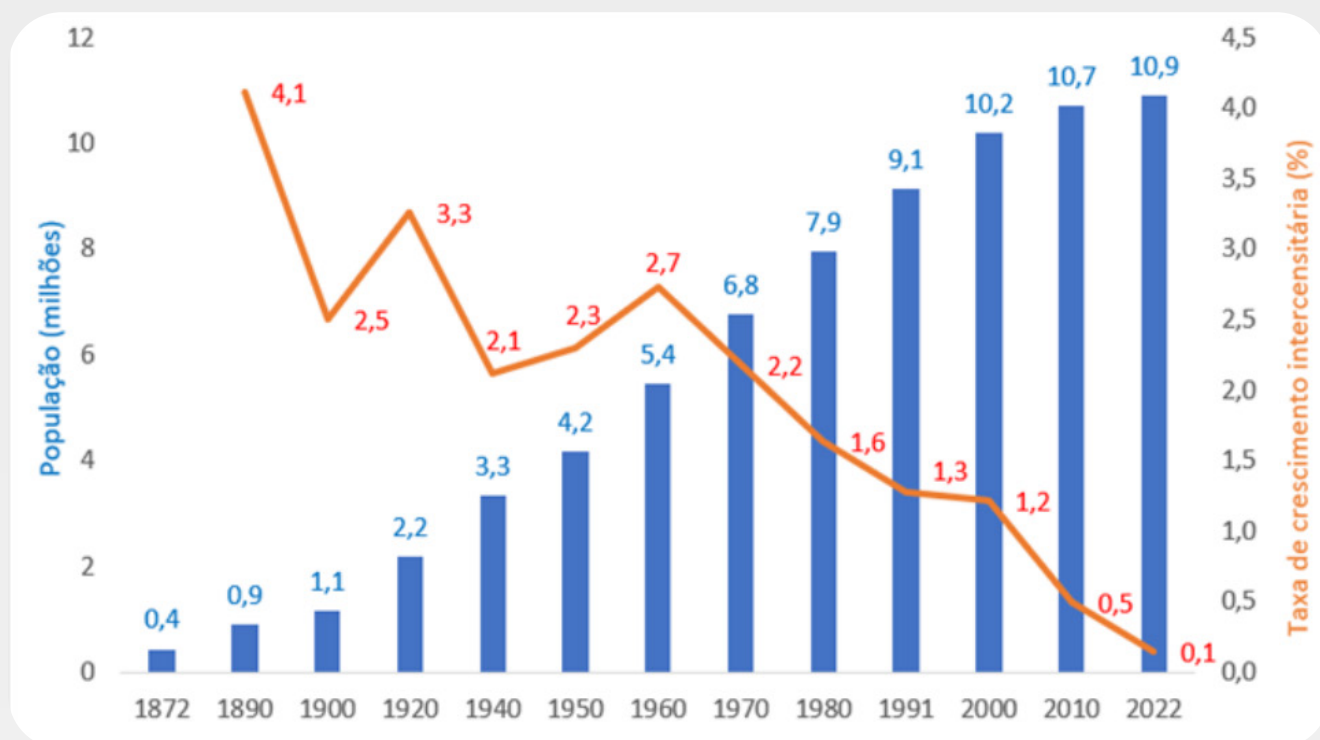
PLANO RIO GRANDE E SECRETARIA DE RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Em resposta ao desastre, o Governo do Estado criou, poucos dias após o ocorrido, o “Plano Rio Grande”, que centraliza a coordenação das iniciativas de reconstrução de longo prazo. O plano é estruturado em três pilares principais: **governança, recursos e projetos.**

Na área de governança, foi criada a nova **Secretaria de Reconstrução Gaúcha**, que substitui a antiga Secretaria de Parcerias e Concessões, com o objetivo de acelerar e tornar mais eficiente a execução de projetos de reconstrução de aeroportos, rodovias, saneamento e habitação, por meio de contratos de PPPs, essenciais para a recuperação do estado e para a implementação de soluções definitivas a problemas dessa magnitude.

Executivos comentam que o Rio Grande do Sul já enfrenta um déficit de crescimento, evidenciado pelos últimos censos.

População do Rio Grande do Sul e taxa anual de crescimento intercensitária



Por isso, os projetos da nova Secretaria estão sendo abordados com uma visão de longo prazo, com o objetivo de incentivar a permanência da população e daqueles que cheguem nos próximos anos para trabalhar nos projetos estruturantes, de forma a compensar esse déficit e garantir a longevidade do estado.

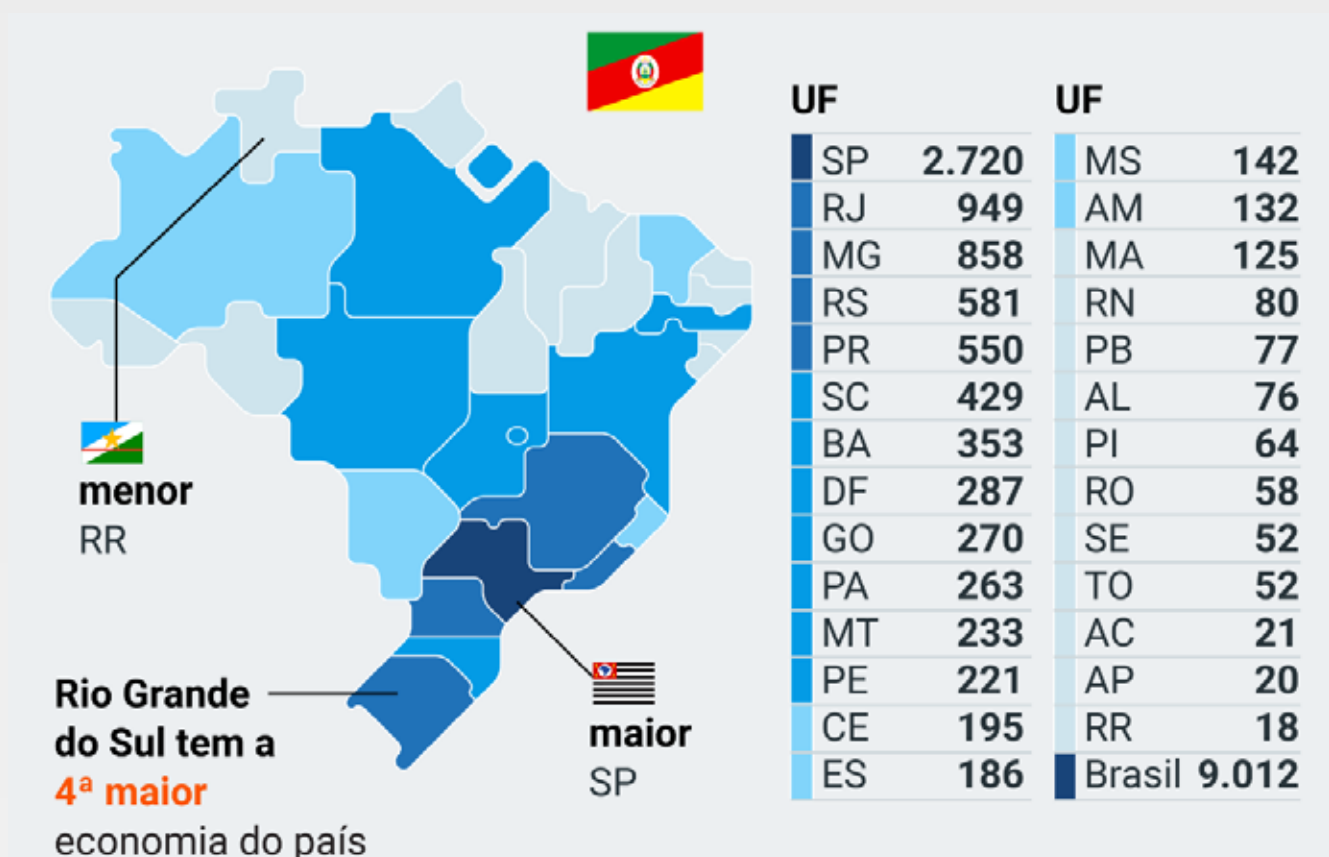
Além da criação da Secretaria, outras medidas emergenciais partiram do poder público para atenuar os danos em diferentes setores, tais como:

- **Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática:** Formação de um grupo de técnicos especializados para assessorar o estado.
- **Programa Emergencial de Apoio Financeiro:** Estabelecimento de um programa de apoio financeiro para trabalhadores afetados pela calamidade nos municípios gaúchos, com mais de 10.000 empresas já cadastradas.
- **Isenção de Impostos Municipais:** Proposta de remissão do IPTU e da taxa de coleta de lixo até dezembro de 2024 para imóveis diretamente afetados pelas enchentes em Porto Alegre.
- **Acordo com o Governo Federal:** Mediação de um acordo no STF para antecipar cerca de R\$5,1 bilhões em receitas ao estado, incluindo compensação por perdas de arrecadação de ICMS e pagamento de precatórios.
- **Programa Emergencial de Regularização Fiscal (Transação SOS-RS):** Iniciativa para renegociação de dívidas tributárias, oferecendo condições especiais como abatimento de juros e parcelamentos para contribuintes afetados pela calamidade.
- **Suspensão Temporária de Dívidas:** Suspensão temporária da dívida do estado com a União por 36 meses para liberar recursos para investimentos emergenciais.
- **Medidas para Logística Portuária:** Isenção de taxas para navios mercantes transportando ajuda humanitária e priorização de atracação para esses navios.

- **Zoneamento Agrícola de Risco Climático:** Aprovação do zoneamento agrícola para culturas específicas, visando minimizar o impacto de eventos climáticos extremos no setor agrícola.
- **Apoio ao Agronegócio:** Equalização de taxas de juros para financiamentos rurais, com apoio financeiro a pequenos produtores através do Pronaf e Pronamp, além de um programa de renegociação de dívidas tributárias para produtores afetados pelas enchentes.
- **Mobilização de Recursos por Bancos de Desenvolvimento:** O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mobilizaram cerca de R\$15 bilhões em recursos com juros subsidiados para capital de giro, compra de equipamentos e reconstrução de infraestrutura.

O Rio Grande do Sul, como a quarta maior economia do país, representa mais de 6% da atividade econômica nacional e desempenha um papel crucial para o desenvolvimento do país. A recuperação do estado é, portanto, essencial para sustentar a saúde econômica do Brasil.

Atividade econômica por estado do Brasil (R\$ Bilhões)



INFRAESTRUTURA “DE BACKUP”

Um dos projetos de grande magnitude citados durante a sessão é a reativação completa do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, que está impossibilitado de receber voos desde o dia 3 de maio. Embora a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) estejam estudando medidas para arcar com os custos da reconstrução, os executivos e o poder público concordam que a infraestrutura não pode ser tão vulnerável a ponto de a paralisação de um único aeroporto afetar de forma tão significativa uma região tão ampla e relevante na economia do país.

“Não podemos ter sistemas de infraestrutura tão dependentes; precisamos começar a criar infraestrutura de backup” - afirma um representante público presente.

Nesse sentido, estão sendo considerados projetos de desenvolvimento de aeroportos regionais, aplicando essa mesma lógica a outros serviços essenciais, como rodovias e hospitais.



A RESPOSTA PRIVADA

“A velocidade com que o setor privado responde a desastres como este mostra o quanto precisamos integrá-los mais nas soluções para futuras crises; eles têm a capacidade de agir sem as amarras burocráticas que muitas vezes retardam as ações governamentais.”

- destaca um executivo.

Durante o debate, foi enfatizado mais de uma vez a ideia de que a esfera privada possui maior capacidade de resposta frente a eventos adversos e que o envolvimento do setor privado facilita a execução de projetos complexos, reduzindo burocracias e acelerando o processo de reconstrução.

Nesse contexto, alguns exemplos foram citados, como o caso da concessionária da BR-287, que reestabeleceu a plena operatividade da rodovia em apenas 25 dias após a enchente, ou o caso de empresas de saneamento como a Corsan, recentemente privatizada, e a Sacyr, também citadas pela sua capacidade de resposta, mobilizando equipes e recursos rapidamente para restaurar serviços de água e esgoto em áreas afetadas.

“Esse tipo de resposta é exatamente o que precisamos para enfrentar crises futuras com maior eficiência.” - concordaram os presentes, salientando que outros países onde aconteceram calamidades semelhantes à do Rio Grande do Sul “selecionaram um punhado de empresas” para fazer a reconstrução de forma rápida e eficiente.



O PAPEL DA B3

Durante o debate, a B3, a bolsa de valores brasileira, foi destacada por seu papel fundamental na gestão de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) que estão sendo utilizadas para a reconstrução do Rio Grande do Sul. A B3 atua absorvendo parte dos riscos financeiros desses projetos, facilitando a execução de obras complexas e essenciais para o estado. Sua experiência é crucial para atrair investimentos privados, agilizando o financiamento e permitindo que as iniciativas avancem de forma eficiente, mesmo em cenários adversos.

Além disso, a B3 foi reconhecida por criar um ambiente de confiança e transparência que é vital para a captação de recursos. A Bolsa de Valores é vista como um pilar para garantir a sustentabilidade financeira dos projetos e incentivar o envolvimento de investidores na recuperação econômica do estado.

“Precisamos de uma plataforma que inspire segurança aos investidores, e a B3 tem demonstrado ser essa ponte essencial entre o setor público e privado” afirma um executivo.



RESILIÊNCIA: ROOM FOR THE RIVER E OUTROS PLANOS

Para o futuro, fica claro que qualquer projeto de reconstrução ou desenvolvimento no estado deverá priorizar a resiliência climática, incorporando essa pauta de forma transversal aos setores de infraestrutura, planejamento urbano, suprimento energético e saneamento, para prevenir ao máximo a repetição de danos como os ocorridos em maio.

Inspirado pelo modelo holandês “*Room for the River*”, o estado está considerando estratégias que envolvem a reorganização do uso do solo em áreas urbanas, criando mais espaço para os rios durante os períodos de cheias. Para isso, já estão em curso revisões dos planos diretores e de zoneamento urbano. Esse modelo propõe a criação de “**zonas de segurança**” e “**áreas alagáveis**”, que atuam como amortecedores naturais, diminuindo o impacto das enchentes sobre a infraestrutura urbana e as comunidades locais.

Contudo, reconhecendo a necessidade de proteger as populações vulneráveis, o estado não descarta planos para uma **migração organizada** de comunidades situadas em áreas de alto risco. Esses planos incluem identificar as regiões historicamente mais propensas a enchentes ou deslizamentos e criar incentivos e apoio logístico para a realocação dessas populações.

Paralelamente, as autoridades já estão investindo na melhoria do monitoramento climático e na implementação de sistemas de alerta precoce para prevenir futuros desastres. Isso envolve o uso de tecnologias em **tempo real**, como sensores, drones e sistemas de informação geográfica (SIG), que permitem acompanhar continuamente as condições meteorológicas e enviar alertas imediatos à população.



O DESAFIO DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

O debate finalizou chamando a atenção para a urgente necessidade de garantir que os contratos de concessões e PPPs sejam robustos e bem estruturados, de modo que protejam os interesses de todas as partes envolvidas, especialmente diante das incertezas impostas por eventos climáticos extremos, este ponto se tornando um fator principal que definirá a atratividade e o apetite de investimento em novos projetos a nível global.

“Precisamos de contratos claros, com definição precisa de responsabilidades e mecanismos de mitigação de riscos bem estabelecidos” - comenta um executivo, reforçando a ideia de que as cláusulas contratuais devem prever cenários e incluir condições que assegurem a continuidade dos projetos em situações adversas.



Halder Ramos

Além disso, foi discutido o uso de fundos garantidores e outros instrumentos financeiros que possam oferecer garantias adicionais aos contratos, equilibrando as responsabilidades e fortalecendo a confiança no sucesso das iniciativas.

Finalmente, enfatizou-se o papel das seguradoras e a necessidade de **mecanismos de seguro específicos para infraestrutura e obras públicas**. A importância de desenvolver apólices que cubram não apenas danos materiais, mas também a interrupção de negócios e atrasos na entrega das obras, foi destacada como uma forma de reduzir os riscos para os investidores e garantir a resiliência financeira dos projetos, em um contexto em que as seguradoras são parceiras-chave, dada a crescente imprevisibilidade.

GRI Club

Fundado em 1998 em Londres, o GRI Club atualmente reúne mais de 17.000 executivos seniores em 100 países, atuando nos mercados de Real Estate e Infraestrutura.

O modelo inovador de discussão do GRI Club permite que todos os executivos participem livremente, promovendo a troca de experiências e conhecimentos, networking e geração de negócios.

Os membros do Club também têm acesso a uma plataforma exclusiva para visualizar mais informações sobre os executivos e suas respectivas empresas, organizar reuniões e ter acesso irrestrito a todo o nosso conteúdo.

MAIS INFORMAÇÃO SOBRE GRI CLUB INFRA



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org

GRI Club

— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org